

Ata Comitê Cultura Viva

Data: 30 de janeiro de 2023

Pauta: Informes, comunicado da FAMURS – desligamento de Eric, relatos da reunião do Comitê com Pontos de Cultura, Retorno do Minc, difusão e divulgação do chamamento para Pontos, indicações da comissão avaliadora para o edital SEDAC de certificação de pontos.

Participantes: Alexandre Vargas, Ruben Oliveira, Rafael Balle, Paulo Tavares, Geziel, Rejane Verardo, Lucas Teixeira, Ivan Therra, Leandro Anton, Lizzi Barbosa, Ivan Therra, Lara Zannon, Bruno Nascimento, Cristiano, Neimar, Sofia Cavedon, Mãe Carmen.


Aos trinta dias de janeiro de dois mil e vinte e três, realizou-se reunião do Comitê Gestor Cultura Viva. Geziel efetuou fala de abertura e passou a palavra para Mãe Carmen a fim de que ela desse os informes, Mãe Carmen informa que recebeu um comunicado de Eric da FAMURS que foi designado para o Esporte e logo encaminhará um documento para fazer seu desligamento do Comitê Gestor Cultura Viva, além disso, sugeriu uma homenagem ao colega Yimi Walter em virtude de seu falecimento seguida de um minuto de silêncio de quem estivesse presente na reunião, Mãe Carmen informou que houve atas que não foram lidas, além da ata desta presente reunião, e que elas ficarão disponíveis publicamente e sugere que a pauta da próxima reunião de fevereiro seja para leitura e sugestões sobre as atas anteriores e que as demais reuniões sejam efetuadas sempre com a leitura da ata da reunião anterior para que as sugestões sejam feitas e a ata aprovada, Geziel faz a leitura da pauta dessa reunião e manifesta que há informes sobre o relato de uma reunião do comitê com os pontos de cultura, sobre o impacto do retorno do MINC, sobre a difusão e divulgação do chamamento para pontos de cultura e as indicações a respeito da comissão avaliadora do edital de Chamada Pública SEDAC 19/2022 Cadastro da Política Estadual de Cultura Viva RS, Geziel sugeriu iniciar com a pauta sobre o retorno do MINC e seu impacto no setor cultural, Lara Zannon informou que há diversos apontamentos que ainda não estão definidos, pois a equipe do MINC ainda está em fase de estruturação. Informou também que houve a indicação para o MINC de João Pontes, atual diretor da Secretaria de Cultura de Belo Horizonte e será quem assumirá a diretoria da política nacional de Cultura Viva, e que a secretária indicada é da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural e que Zulu Araújo também comporá a equipe, e que as nomeações deveriam ser aguardadas para o início de fevereiro, Lara Zannon contrastou a estrutura do Ministério do Turismo com a do MINC e revelou que esteve sobrecarregada com a demanda do Turismo para a área cultural, e que a falta de estruturação impedia um trabalho adequado o que, segundo ela, será melhorado no MINC onde haverá duas coordenações gerais, uma que tratará das parcerias e outra que vai tratar do planejamento e da articulação do sistema das políticas públicas, Lara mencionou a retomada de políticas culturais nacionais para território culturais, Lara informou que há uma minuta de revisão sendo aguardada e que desde o ano anterior está elaborando um curso junto ao INEP sobre políticas públicas e que já estaria em estado desenvolvido com plano de monitoramento, plano de comunicação, plataforma, Lara também informou que toda a rede cultura viva, quer seja sociedade civil, quer seja ponto pontão de cultura, quer seja a comissão nacional, os estados e municípios, todos possuem vários atores envolvidos na gestão compartilhada, Sofia Cavedon destacou a atuação de Lara nos expedientes do Ministério e questionou se há informação em relação a Lei Paulo Gustavo, Lara informou que a ideia é conciliar, a cultura viva é pela diversidade, pelo acesso abrangente aos pontos de cultura, e que o estudo será agora juntamente com a nova gestão, para que seja possível executar a cultura viva também pelas duas leis, de forma descentralizada, as leis tratam de um recurso que é emergencial, então, deve-se ponderar quanto a forma que se trataria essa matéria, da cultura viva de forma emergencial com as formas de apoio que a lei traz, assim como ocorreu em 2020 quando passou-se para os estados uma minuta de edital para a cultura viva Voltada para Aldir Blanc e, em relação a isso, o que o jurídico do turismo disse à época foi que haveria um choque no modelo de edital, pois o edital da cultura viva segue uma portaria do Ministério que pede no mínimo 45 dias de inscrição e o caráter emergencial da Aldir Blanc, no caso de 2021, não havia esse prazo, pelo caráter emergencial que ela tem, e por isso os estados optaram por não utilizar essa minuta disponível, por isso Lara informou que será preciso pensar de que forma conseguiremos utilizar a política de modo emergencial, seguindo a norma, e concluiu que é preciso aguardar a nova gestão do Minc e a nova gestão do da cultura viva para encontrar um caminho comum, Leandro Anton compartilhou a informação de que a nova estrutura já vigora desde o dia vinte e quatro de janeiro e de que nunca houve uma diretoria do cultura viva e aproveita para lembrar que em novembro ou outubro, durante o segundo turno das eleições, foi enviada uma carta de apoio ao então candidato Eduardo Leite, sugerindo uma estrutura dentro da Sedac que abrangesse o Cultura Viva, pois isso seria extremamente interessante, afinal já temos um comitê gestor, uma diretoria de política cultura viva dentro do Ministério e portanto seria interessante ter uma



Coordenadoria ou diretoria do Cultura viva dentro da Secretaria de estado da cultura, lara Zannon menciona que se todos os estados tivessem uma Secretaria específica da cultura, se todas as secretarias estaduais, municipais, de cultura tivessem um setor específico da cultura viva, a gestão compartilhada seria possível, muito eficiente, lara também retoma assunto de pauta anterior sobre o campo de pesquisa de satisfação, e em relação ao cadastro estadual e a sua integração com georreferenciamento, para que se possa conciliar quem é certificado pelos estados, quem é certificado pela união e trazer dados de toda a rede em conjunto, lara informou que esses dados são coletados na pesquisa de satisfação dos entes Federados em que há um campo para ser respondido com perguntas como 'Quem tem uma normativa estadual?', e se já existe um cadastro, isso é um passo para a integração, por isso, ela pede ao grupo que tragam contribuições sobre melhorias da pesquisa que serve para o desenvolvimento de indicadores, que já existem hoje, como um indicador da PNC, em relação ao cadastro das certificações emitidas, esse indicador também está no PPA, que é o plano plurianual, portanto, a ideia também é criar os indicadores da política pública, Mãe Carmen questionou sobre a nova plataforma de cadastramento, quando procurava por redes municipais de pontos de cultura, e encontrou uma aba no site que diz 'redes municipais de pontos de cultura' e ali diversas cidades que tem rede municipais de pontos de cultura, e por fim pergunta se aqueles valores foram os que vieram para gestões municipais para fazer algum trabalho com a cultura viva, lara Zannon respondeu que são os valores das parcerias, por isso tem o número da parceria e quanto foi repassado por essa parceria, esse valor foi repassado pela união para contrapartida financeira do município também, por isso é um valor global da parceria na execução, pode ser que essa parceria tenha acabado sem executar tudo ou pode ser que essa parceria tenha ainda utilizado o rendimento da aplicação financeira desse recurso, então, não estão todas as informações lá, pois são as parcerias que têm e além disso, existem muitas parcerias antigas também, nós temos acordo de cooperação pronto para poder celebrar sem haver envolvimento de recurso, como um pacto para fins de ampliar a rede, fortalecer para, quando houver recurso, conseguirmos mais fácil os parceiros, como por exemplo uma capacitação que possa fazer uma parceria de modo a ter um acordo de cooperação celebrado a fim de melhorar as parcerias, Geziel informa que durante esta semana o comitê recebeu um convite da comissão estadual dos pontos de cultura para uma conversa a respeito das pautas que estão em andamento, em especial o cadastro estadual dos Pontos, e também que foi feita uma escuta e que receberam um ofício da comissão dos pontos de cultura em que questionam como se dá a participação da representação dos pontos de cultura, nas instâncias decisórias, e de como se dá a participação na gestão do que está acontecendo agora, especialmente nos cursos que recentemente foram ofertados pela SEDAC, sendo que a sugestão é que a gente repense como vai ser a participação nesses cursos, porque às vezes a gente fica meio solto e as coisas estão andando e a partir de uma análise que fizemos, [...], Geziel passa a ler parte do conteúdo do ofício "a coordenação da comissão estadual dos pontos de cultura, em reunião extraordinária no dia 25 de janeiro de 2023, ao analisar o edital da chamada pública SEDAC 19 Cadastro da Política Estadual de Cultura Viva, lançada no dia 29 de dezembro 2012", Geziel complementa dizendo que considerando que eles citam os artigos da lei 14663, de 2014, com suas determinações, eles observam que "o edital, chamada pública cadastro da política estadual cultura viva, lançado no dia 29 do 12 2022, não prevê o acesso de grupos culturais informais sem Constituição jurídica" e, diante do exposto, a comissão dos pontos de cultura do Rio Grande do Sul solicita a retificação do edital da chamada pública SEDAC 2019 2022, cadastro de política estadual de cultura viva RS, lançado no dia 29 de dezembro, Sofia Cavedon expõe suas dúvidas em relação a quem compõem a comissão, e se precisa ter uma identidade jurídica, Geziel informa que a comissão dos pontos de cultura é a representação que escolhida no fórum estadual dos pontos de cultura, lara Zannon informa que em relação à certificação dos pontos, conversaram com a deputada Sofia para fazerem uma reunião entre a TI da SEDAC com a TI da gestão anterior e que estava no ministério de Turismo, Leandro Anton informou que a política Cultura Viva poderia proporcionar o intercâmbio entre artistas nacionalmente e internacionalmente, além disso, Leandro Anton ponderou que seria interessante ter, no próximo chamamento, já os coletivos e que este período de agora até o próximo chamamento não gere nenhum tipo de limitação a quem já tem a certificação, seja como coletivo, seja como entidade de participar do fomento da cultura viva no estado durante o ano de 2023 e que este universo do cadastro estadual esteja habilitado para ser o foco de habilitação dos pontos no fomento do estado, quer seja coletivos quer seja entidades a partir de 2024, que seja utilizado esse ano de 2023 como essa transição ou entidades a partir de 2024, em seguida fez uma breve reflexão sobre o cadastro dos Pontos de Cultura e alteração no edital de chamamento atual ao dizer que entende que não há possibilidade de fazer alteração no edital para esse fim de incluir os coletivos neste momento, em virtude que teriam outros documentos que também teriam que ser produzidos para colocar junto ao edital, afinal o edital atual não é excludente, e não é uma supressão de direitos. Nós optamos neste momento por começar pelo CNPJ, essa transposição, Rejane Verardo destacou a importância das políticas públicas e sugeriu a aproximação dos diversos segmentos que compõem a rede de cultura viva e destacou a importância da lei Cultura



Viva e suas iniciativas, Rafael Balle apresentou um breve histórico panorâmico sobre o Comitê Gestor da Política Cultura Viva, as ações atuais e a expectativa para o futuro, informou também que a tendência é acionar os gestores municipais para que efetuem a sua própria busca ativa de Pontos de Cultura, Alexandre Vargas falou sobre o panorama dos programas de formação atualmente, Leandro Anton falou sobre os cursos de formação e deu outros detalhes sobre a política Cultura Viva, e continuou afirmando que se deve organizar a questão de compartilhamento de dados junto com a plataforma nacional para que isso também possa ser objeto, por exemplo, da revisão da instrução normativa, Leandro Anton também externalizou a necessidade de o chamamento permitir outros códigos de natureza jurídica, Geziel e Lizzi Barbosa debateram sobre as possibilidades futuras de certificação de pontos sem CNPJ, e Lizzi Barbosa explanou mais sobre o funcionamento dos Pontos de Cultura em relação às políticas de fomento, encaminhou-se nova reunião a ser realizada nos próximos 15 dias, além das definições de demanda do GT, Sofia Cavedon informou sobre como a Assembleia Legislativa está se organizando no período de transição e de acordos de governabilidade, Paulo Tavares deu seu relato sobre a emenda parlamentar envolvendo a situação dos Pontos de Cultura, Paulo Tavares aproveitou o ensejo da presença da deputada Sofia Cavedon para observar que é preciso de uma resolução a respeito de uma emenda parlamentar que permita ao Comitê cultura Viva estar presente em vários suportes, quer sejam impressos ou em vídeo ou em áudio, para falar da política cultura viva e desses processos que estão em curso e que sejam permanentes como o do cadastramento, Carmen deixou sugerido nova reunião para o dia treze.

Documento assinado digitalmente
 CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 04/05/2023 20:14:41-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Mãe Carmen - Carmen Oliveira
Coordenadora do Comitê Cultura Viva RS

Data: 31 de janeiro de 2023


Pauta: sensibilizar os dirigentes municipais a estreitar as relações em relação à política de cultura viva

Participantes: Juliano Finamor, Marta Viviane, Claudia Rehbein, Rosana Foletto, Marcio Meier, Alexandra de Oliveira, Elisete da Silva Toledo, Marta Viviane, Clemente, Thaís, Denise Maria, Roberta Rohten, Alexandra de Oliveira, Elaide Petry Loff, Rafael Balle, Dionatan, Jéssica Schimitz, CCE, Cibele, Kauan Almeida, Duclerc Silva, Andréa Baraldi, Diana, Theodora Padilha, Rossano Cavalari, Shana Reis, Cássio Corbelini, Joyce Reis, Edsel Martins de Oliveira, Noeli, Gabriel Fernandes, Lizzi Barbosa, Geziel souza, Mãe Carmem, Alexandre Vargas, Ruben Oliveira, Dionatan, Leandro Anton, Claci Salete Wenginovicz, Arthur Marques, Grazieli Demoliner, Alexsandra, Anelise M. Assmann, Patrícia K. Oliveira, Sabrina Freitas, Andreia, Joyce Reis, Luana Bueno, Elisandra, Jacqueline Navarro, Paulo Tavares, Elisandra, Alexandre, Antônio Soares, Plínio José Borges Mósca, Ivan Therra, Cândida Maldaner, Rafael Sinimbu, Rosana Martins, Daniel Marin, Gladis Helena Wolff, Marcio Meier, Jardel Buck, Lilian Nunes, Anita Brandenburg, Nata Fransiconi, Magda, Fabiano Lengler, Denian Pereira, Cultura EV, Rosana Foletto, Lariane Vanessa Sebben, Rosana Serro Rosatto, Janete Simoni Froem, Juarez Adalberto Leonarski, João Paulo da Fontoura.

Alexandre Vargas abriu a reunião e recepcionou os participantes, além de informar a pauta da reunião, qual seja, sensibilizar os dirigentes municipais a estreitar as relações em relação à política de cultura viva, em seguida, Ruben Oliveira deu seus cumprimentos e reafirmou a importância e o protagonismo da política de cultura viva, Joyce Reis deu seus cumprimentos e comentou sobre a importância do edital de cadastramento cultura viva e a importante iniciativa de diálogo entre gestores municipais, Rafael Balle deu seus cumprimentos e traçou um panorama de algumas ações da política cultura viva, em seguida, Geziel saudou os gestores públicos municipais e estaduais e reafirmou a importância do diálogo entre gestores de diferentes territorialidades, Mãe Carmen saudou a quem estava presente e explanou sobre os conceitos da política cultura viva e do comitê cultura viva, Leandro Anton trouxe o panorama de algumas ações da política Cultura Viva e também alguns detalhes em relação ao chamamento SEDAC para cadastro de pontos de cultura e pontos de cultura e reiterou a importância do diálogo com gestores municipais, Lucas Teixeira foi solicitado a disponibilizar no chat da sala virtual os canais de comunicação para assessoria da política cultura viva, Lizzi Barbosa apresentou-se, ratificou o que foi dito anteriormente quanto à importância da articulação entre municípios e ponderou sobre a relevância da implantação dos sistemas municipais de cultura, logo em seguida, Alexandre Vargas leu para o grande grupo uma pergunta do chat, de Alessandra Pereira 'os municípios que têm legislação própria devem cadastrar seus pontos de cultura locais ou trabalhar com aqueles reconhecidos pelo Estado?', Lizzi Barbosa respondeu que os gestores devem, nesse primeiro momento, trabalhar com os já reconhecidos em nível federal e estadual mas que também seria benéfico efetuar um cadastramento via sistema municipal, Leandro Anton complementa que os pontos cadastrados na plataforma federal, neste momento, também devem se cadastrar no sistema estadual, que é o objetivo da ação que está ocorrendo no momento, mas que o cadastro estadual não invalida o federal, Alexandre Vargas abriu para mais perguntas e leu a pergunta de Alex 'como Novo Hamburgo deve lidar com a questão do Cultura Viva', Lizzi Barbosa respondeu que primeiramente deve ser efetuada uma busca ativa, um mapeamento, para encontrar os coletivos de base comunitária e reforçar com esses coletivos a importância da certificação, Lucas Teixeira deu seus cumprimentos, apresentou-se e iniciou a apresentação virtual da documentação assessoria ao edital de cadastro cultura viva, Alexandre Vargas abriu para perguntas e questionamentos, Leandro Anton reiterou os prazos de chamamento e alguns detalhes sobre a documentação necessária para participar do edital, Lizzi Barbosa comentou que haverá chamamentos anuais e leu outra pergunta do chat, de Claci, 'O cadastro estadual servirá para acessar recursos?', Lizzi respondeu que, por um lado, o cadastramento facilitará o acesso aos certames, mas não há garantia de recebimento de recursos, pois isso depende de cada edital de fomento, Leandro Anton reafirmou que pontos de cultura poderão receber pontuação diferenciada em editais por serem cadastrados no sistema estadual, o que aproximará os pontos da obtenção de recursos, em seguida, Grazielle Demoliner perguntou sobre as diferenças entre o cadastramento federal e o estadual e sobre o chamamento de pontos não formalizados juridicamente, Leandro Anton explanou algumas características legais dos pontos de Cultura, Lizzi Barbosa explicou que, a nível estadual, num primeiro momento, apenas pontos formalizados podem se cadastrar, mas há a possibilidade de efetuar o cadastro de certificação na plataforma federal, que não demanda formalização, Rafael Balle trouxe outras diferenças entre o cadastramento federal e o cadastramento estadual, Joyce Reis perguntou sobre o Comitê Gestor Comunitário, Leandro Anton explanou sobre o Comitê Gestor Comunitário, Mãe Carmen e Paulo Tavares e Lizzi



Barbosa e Rafael Balle e Geziel explicaram a diferença entre ponto de Cultura e pontão de cultura e outras dúvidas sobre a validade da certificação nacional e estadual, além das necessidades de formalização dos pontos, Alexandre Vargas finalizou a reunião ao convidar Mãe Carmen para dar as palavras finais.

 Documento assinado digitalmente
CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 04/05/2023 20:14:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Mãe Carmen - Carmen Oliveira
Coordenadora do Comitê Cultura Viva RS


Reunião do Comitê Gestor Cultura Viva – 27 de fevereiro de 2023

Estavam presentes: Rafael, Ivan Therra, Ruben Oliveira, Carmen, Geziel, Marta Nunes, Bruno Nascimento, Plínio José Borges Mósca, Lucas Teixeira, Alexandre Vargas, Paulo Tavares, Cristiano Ávila.

Pauta: leitura dos destaques e aprovação das atas; construção da frente parlamentar para a cultura; publicização das reuniões do comitê; criação de novo endereço de email para o comitê.

27/02

Mãe Carmen abriu a reunião anunciando a pauta: leitura dos destaques e aprovação das atas, rito esse que será comum a todas as reuniões a partir da reunião de fevereiro, Lucas efetuou a leitura dos destaques, Plínio sugeriu que fosse destacado a perda irreparável de Yimi Walter, Geziel comentou sobre os avanços da política Cultura Viva e a importância das atas, Ivan Therra manifestou seu contentamento em relação à política Cultura Viva, Geziel e Paulo Tavares mencionaram a importância da criação de uma frente parlamentar para discussão de políticas de cultura, Carmen iniciou a discussão de outro assunto da pauta, introduzido anteriormente, sobre a construção da frente parlamentar, mas antes decidiu finalizar a pauta sobre a composição diretiva do Comitê Gestor Cultura Viva, Paulo Tavares sugeriu que se dê continuidade para a composição da nova diretiva. O encaminhamento final aprovado por unanimidade foi que a atual gestão, ou ao menos os membros que não tenham impedimentos, sejam reconduzidos, Paulo Tavares sugeriu que seja encaminhado um agendamento para a criação de uma frente parlamentar na assembleia com o auxílio da Sra. Sofia Cavedon, deliberou-se que será efetuada a composição de uma carta para a assembleia sugerindo a criação da referida Frente Parlamentar para a Cultura, Paulo Tavares informou que o deputado Valdeci Oliveira poderá auxiliar, Carmen encerrou a pauta e iniciou a seguinte, sobre a publicização dos encontros do Comitê Gestor Cultura Viva por meio de reuniões abertas, Ruben informou que verificará as possibilidades com o departamento de comunicação e que já existe um espaço para a publicação que ainda está em construção, Carmen também informou que há necessidade da criação de um email especial para o comitê em virtude da saída de um dos membros que concentrava as informações no seu endereço de email, nada mais a ser tratado, Carmen encerrou a reunião.

Documento assinado digitalmente
 CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 04/05/2023 20:14:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mãe Carmen - Carmen Oliveira
Coordenadora do Comitê Cultura Viva RS

27 de março de 2023 - Comitê Gestor da Cultura Viva - Reunião Ordinária

Pauta/Assunto para a reunião:

- 1- Pauta- Leitura das atas e aprovação
- 2- LIVE do Cadastro - Comitê Cultura Viva
- 3- Discussão e definição sobre o email do Comitê Cultura Viva
- 4- Reflexão sobre os Comitês Gestores Comunitários estabelecido pela lei estadual.
- 5- Interoperabilidade entre os Cadastros Nacional e Estadual de Pontos e Pontões de Cultura
- 7- As Leis Cultura Viva Federal e Estadual e sua aplicação nos Municípios do RS.


INFORMES

Presentes: Lucas Teixeira, Mae Carmen, Ivan Therra, Neimar, Paulo Tavares, Clarissa Pont, Geziel, Leandro Anton, Iara Zanon, Centro Cultural e de Assistencia Social

Lucas Teixeira abriu as falas da reunião a partir da leitura da Ata da última reunião do Comitê Gestor Cultura Viva, realizada em 27 de fevereiro de 2023, as informações constantes na ata foram aprovadas e uma correção foi sugerida pelo Senhor Paulo Tavares: a correção do nome do deputado Valdeci Oliveira, que constava como Valdeci Ribeiro. Mãe Carmem anunciou a pauta da presente reunião, Paulo Tavares informou que a Live deveria ser efetuada o quanto antes em virtude de estarmos próximo da data limite, Mãe Carmem explanou sobre a necessidade da Live para contribuir com a divulgação do chamamento para cadastramento de Pontos de Cultura, Paulo Tavares informou que já houve uma Live e, portanto, outra talvez fosse desnecessária, Mãe Carmem passou à outra pauta, qual seja, a necessidade de obter um endereço de email institucional com repositório de arquivos, Lucas Teixeira informou que a Assessoria de Informática sinalizou que não seria possível efetuar a criação de um endereço de email sem que haja número de matrícula de servidor cadastrado, Lucas Teixeira ainda problematizou a questão de acesso coletivo a uma única caixa de email via servidor gratuito, como o GMAIL, pois haveria a necessidade de liberação de acesso a todo o momento, Mãe Carmem sugeriu que houvesse uma caixa compartilhada GMAIL, a partir da negativa do departamento de informática, e que se estabelecesse uma regra do Comitê Gestor Cultura Viva para que as novas gestões do comitê pudessem receber os dados para utilizarem a caixa de mensagens coletiva, Ivan Therra mencionou que a negativa, conforme seu entendimento pessoal, seria em relação à PROCERGS que estaria considerando o Comitê Gestor da Cultura Viva como uma instância externa à SEDAC e afirmou que isso poderia ter ocorrido em virtude de a SEDAC não ter efetuado o pedido corretamente, pois o Comitê Gestor Cultura Viva não poderia ser considerado como algo externo e que possivelmente a PROCERGS não teria a compreensão adequada sobre a política Cultura Viva, Lucas Teixeira manifestou-se novamente e disse que talvez tenha se expressado incorretamente, por isso explanou novamente as questões que envolvem informática, custos de licença e o envolvimento da PROCERGS em relação às necessidades informáticas da SEDAC, além disso, Lucas corroborou com a sugestão de Mãe Carmem para que se obtenha uma caixa de correio coletiva via GMAIL, Ivan Therra mencionou que, apesar de serem parte do Conselho e não serem servidores do Estado, os integrantes do CEC possuem um endereço de email no servidor da SEDAC (@sedac.rs.gov.br), Geziel e Paulo Tavares manifestaram que apoiam a fala de Ivan Therra, Lucas explanou novamente o trâmite da solicitação para a Assessoria de Informática para que ficasse evidente que a PROCERGS não estava envolvida, enquanto Neimar, a pedido de Lucas Teixeira, informou seu endereço de email para que ficasse evidente que o CEC utiliza o domínio da SEDAC, Lucas informou que o ideal, então, seria enviar a solicitação para o Gabinete da SEDAC, Leandro Anton acessou a reunião para despedir-se, pois assumirá uma função no Ministério da Cultura, passou-se à pauta seguinte, Iara Zanon informou que há necessidade de interoperabilidade para que os dados sobre a política Cultura Viva entre União e Estado estejam cruzados ou espelhados, e que estão efetuando a melhoria no cadastro federal, com a inserção de um 'pin' no mapa federal dos pontos de cultura para que sejam identificados como certificados pelo Estado do RS de modo a cruzar os dados, Leandro Anton e Paulo Tavares explicaram a demanda da interoperabilidade e informaram haver a necessidade de buscar a compatibilidade entre os sistemas do Estado RS (Procultura-RS) e o sistema federal, Lucas Teixeira sinalizou a importância da demanda e a dificuldade que pode haver em implantar o cruzamento dos bancos de dados no âmbito informático, Leandro Anton sinalizou que as políticas da



cultura viva são muito importantes e, logo, o investimento para o cruzamento de dados estaria muito bem arrazoado, Lucas informou que, assim que o Comitê deliberar sobre essas questões, poderá enviar a solicitação para sistema-cultura@sedac.rs.gov.br, Paulo Tavares introduziu a pauta seguinte ao iniciar a discussão sobre os comitês gestores comunitários da política cultura Viva e a necessidade do Comitê Gestor Estadual assessorar os pontos de cultura para que tenham articulação em rede com seus comitês gestores comunitários, Geziel revela que há procura do Comitê Gestor Estadual para que possam dar suporte aos comitês gestores comunitários, Geziel também informa que houve procura e perguntas sobre o formulário de cadastro e sobre as perguntas do formulário e finalizou sugerindo que o Comitê Gestor Cultura Viva organizasse um modelo de cartilha para que essas dúvidas possam ser dirimidas antecipadamente pelo comitê, Clarissa Pont corroborou com a ideia, Paulo Tavares sugeriu uma cartilha sobre a política Cultura Viva, de modo que seja mais ampla do que para tratar apenas sobre um tópico (no caso, os comitês gestores comunitários) e sugeriu que isso poderia ser articulado juntamente a Frente Parlamentar, Ivan Therra utilizou a palavra para corroborar a fala anterior, Iara Zannon e Geziel trouxeram a cartilha da Rede de Pontos de Cultura e informaram que essa publicação e outras estão disponíveis online, os participantes da reunião passaram a discutir o processo sobre a criação da cartilha e outras questões informativas, Paulo Tavares sugeriu que a pauta sobre a frente parlamentar fosse levada para a próxima reunião. Mãe Carmem encerrou a reunião.

 Documento assinado digitalmente
CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 04/05/2023 20:14:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mãe Carmen - Carmen Oliveira
Coordenadora do Comitê Cultura Viva RS

Reunião Ordinária do Comitê Gestor Política Cultura Viva RS

Convocatória - Data: 24 de abril de 2023, segunda-feira. Horário: das 10 às 12h

Local: Sala virtual


Pauta/Assunto para a reunião: 1- Pauta- Leitura das atas e aprovação 2- Avaliação e encaminhamentos do Cadastro de Pontos de Cultura (SEDAC) 3- Composição da comissão de certificação do cadastro Cultura Viva 4 - A Comissão da Rede RS de Pontos de Cultura solicita fomento para custeios dos encontros presenciais anuais de articulações e debate da Política Estadual Cultura Viva nas 9 Regiões Funcionais e para um encontro anual Estadual, 5- INFORMES

Estavam presentes na reunião: Paulo Tavares, Geziel, Neimar, Bruno Nascimento, Lucas Teixeira, Carmen Lúcia, Plínio José Borges, Cristiano

No dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se a reunião ordinária mensal do Comitê Gestor da Lei Cultura Viva. Lucas iniciou a reunião com um convite à Mãe Carmen e ao Comitê para que participassem da reunião da cúpula dos povos, organizada pela rede Afroambiental, cujo convite foi endereçado nominalmente a Lucas Teixeira, Geziel e Carmen explanaram o histórico sobre esse evento e problematizaram a movimentação que está sendo realizada por Aderbal Shogun, Paulo Tavares sugeriu uma questão de ordem para que a reunião fosse focada nos temas da pauta, Lucas efetuou a leitura da ata da reunião mensal ordinária do dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e três, e a pauta foi aprovada, Lucas procedeu com a leitura do restante da pauta: 1- Pauta- Leitura das atas e aprovação 2- Avaliação e encaminhamentos do Cadastro de Pontos de Cultura (SEDAC) 3- Composição da comissão de certificação do cadastro Cultura Viva 4 - A Comissão da Rede RS de Pontos de Cultura solicita fomento para custeios dos encontros presenciais anuais de articulações e debate da Política Estadual Cultura Viva nas 9 Regiões Funcionais e para um encontro anual Estadual, 5- informes, Geziel leu uma mensagem de Iara Zanon sobre a pauta e a necessidade de retomar a discussão sobre a interoperabilidade entre os sistemas (de cadastramento de Pontos de cultura) com diálogo entre o sistema federal e o sistema estadual, Lucas destacou a importância de que alguém da TI (PROCERGS) estivesse na reunião a fim de tornar a discussão mais objetiva, Paulo Tavares destacou que a TI do governo federal também deverá estar presente, Lucas destacou que a presença de Rafael Balle seria imprescindível, afinal, o sistema prócultura teria sido arquitetado por ele, Paulo Tavares sugeriu que se faça uma reunião extraordinária com o foco específico nessa pauta, Lucas passou a divulgar informações sobre o cadastramento da chamada pública SEDAC para cadastramento de pontos de cultura, que totalizou um montante de 150 cadastros para serem avaliados, Lucas passou à leitura do dispositivo legal que disciplina a avaliação dos cadastramentos efetuados, reiterando que a comissão avaliadora da certificação de pontos deve ser formada pelo Comitê Gestor Cultura Viva, Paulo Tavares mencionou que alguns integrantes para a comissão já estariam indicados, Lucas reiterou que a designação é do Comitê Gestor e que não há número mínimo ou máximo de integrantes para compor a comissão, Paulo Tavares mencionou que já existem três pessoas indicadas, que seriam Geziel, Lizzi Barbosa e Neimar, Lucas informou que a SEDAC já indicou dois nomes: Aquiles e Rochele, Geziel sugere que a FAMURS indique outros nomes, Neimar esclarece a redação do dispositivo e informa que as três esferas indicadas na lei e no edital referem-se aos Municípios, Estado e União, Geziel sugere um prazo para que as indicações sejam efetuadas, Lucas reitera a fala de Geziel ao mencionar que é preciso agilidade no processo, Carmen e Paulo Tavares sugerem reunião extraordinária para decidir a lista de indicações, Neimar reiterou a importância da agilidade para formação da comissão, Bruno Nascimento colocou-se à disposição para entrar na comissão assim como Paulo Tavares, Carmen sugeriu a reunião na terça seguinte, mas ela foi adiada para a segunda-feira, dia oito de maio, Carmen resumiu o acordo efetuado na presente reunião ao



dizer que será encaminhada correspondência com solicitação de indicações para compor a comissão e que haverá um prazo de três dias para resposta, Lucas reiterou que o comitê, após formado, deve produzir o seu regimento interno, Lucas informa que as três primeiras pautas forma deliberadas, passou-se então à quarta pauta, qual seja, fomento para custeios dos encontros presenciais anuais de articulações e debate da Política Estadual Cultura Viva nas nove Regiões Funcionais e para um encontro anual, Neimar informou que as matérias de financiamento são complexas, pois provavelmente não há previsão orçamentária do Estado para essa matéria, no entanto, pela nova legislação do fundo, seria preciso construir um processo junto à SEDAC pra viabilizar esse investimento, porém, anteriormente a essa discussão, seria necessário um levantamento dos custos necessários, por parte do Comitê, para que isso pudesse ser previsto pela SEDAC, Neimar adicionou que, pelo fato de o Comitê não ter personalidade jurídica, deveria ser pensado um modo de repasse de recursos, Geziel mencionou o artigo 23 e 25 da Lei Cultura Viva, cujo dispositivo autoriza o repasse direto via SEDAC para a política cultura viva, Paulo reiterou que é preciso articular os GTs e formalizar um plano de custeio para as ações, e ainda sugeriu que seria possível articular recursos por meio de emendas parlamentares, e que sem isso não seria viável articular financiamento via SEDAC, Neimar manifestou-se com interpretação diversa dos artigos mencionados por Geziel e reiterou a ausência de personalidade jurídica do Comitê e ainda informou que a alternativa mais próxima legalmente seria a gestão desse recurso via edital por meio de alguma instituição ligada à política Cultua Viva, Geziel concordou com a fala de Neimar e o Comitê passou a discutir casos de financiamento via edital para a realização dos eventos do Comitê Cultura Viva como, por exemplo, encontros da Teia, além de recursos do Minc ou de emendas parlamentares, além de construir a previsão desse financiamento no orçamento anual da secretaria, Lucas levantou as questões de absentismo de integrantes para convocação de novos e sugeriu que o regimento interno do comitê fosse consultado, além de informar que a SEDAC já tem novos integrantes para compor, Paulo Tavares sugeriu aguardar as indicações do comitê para efetuar juntamente as indicações da SEDAC em publicação única no DOE, Carmen sugeriu que fosse efetuada uma revisão dos nomes dos integrantes, Carmen solicitou informações sobre o endereço de email institucional que está sendo solicitado para o Comitê, Lucas informou que é preciso uma formalização por parte do Comitê, em um modelo de carta timbrada com cabeçalho e assinatura oficial, Carmen encerrou a reunião.

Documento assinado digitalmente
 CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 04/05/2023 20:14:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Mãe Carmen - Carmen Oliveira
Coordenadora do Comitê Cultura Viva RS


Reunião Extraordinária - Comitê Gestor da Política Cultura Viva – 08 / 05 / 2023

Estavam presentes na reunião: Geziel Souza, Carmen Lúcia, Lucas Teixeira, Neimar Rodrigues, Ruben Oliveira, Ivan Therra, Paulo Tavares, Bruno Nascimento, Lizziane Barbosa

Carmen abriu a reunião extraordinária para que fosse iniciada a discussão sobre a pauta central, qual seja, a constituição da Comissão para Avaliação das entidades cadastradas na Chamada Pública SEDAC 19/2022 (Cadastro da Política Estadual de Cultura Viva RS), Carmen informou que as correspondências solicitando indicações para o governo Federal e para os municípios (FAMURS) já havia sido enviada e que ainda não havia obtido resposta, Geziel sugere que os nomes já indicados sejam considerados e que a comissão seja formada a partir da lista existente, Ruben levantou a questão de que as indicações deveriam ser de membros integrantes do comitê, Lucas informou que a legislação não impede que as indicações sejam feitas com pessoas externas ao Comitê, mas que a decisão final é do comitê, Paulo Tavares mencionou a legislação ao indicar que a comissão precisa ser paritária e com indicações de todas as esferas do Poder Executivo e mencionou a lista atual de indicados, sinalizando que ainda restariam duas indicações, uma pelo governo federal e outra pela FAMURS (representando os municípios), porém, sabendo que essas indicações não foram feitas, Paulo sugeriu que a sugestão de Geziel fosse acatada, qual seja, a de dar início à comissão e pressionar as duas esferas que ainda não indicaram para que indiquem com celeridade e que se cumpra o que há no edital, pois já existe pressão externa da sociedade civil, Geziel complementou com informações sobre o número de indicados, Lizziane Barbosa sugeriu que os integrantes do Comitê que representam a Assembleia Legislativa e o governo federal fizessem parte da lista de indicados, também destacou que as pessoas integrantes da comissão deveriam ser pessoas com conhecimento da lei Cultura Viva, Carmen informou que a Assembleia respondeu ao convite de indicação informando que não há interesse em participar, Ivan Therra manifestou-se positivamente para que Bruno Nascimento fizesse parte da comissão, além de Lara Zanon e Joice, que já fazem parte do comitê, Paulo Tavares rememorou a última reunião e reiterou que era preciso uma comissão paritária composta pelas três esferas do Poder Executivo e que a Assembleia Legislativa não estaria envolvida no processo, Neimar levantou questões legais para que não haja nulidades no processo e reiterou a questão da paridade e o equilíbrio necessário entre o número de indicados, Lucas sugeriu que a indicação da SEDAC fosse reduzida a uma pessoa apenas, de modo a facilitar a busca de indicações e manter a paridade, Neimar passou a discutir o proposto por Lucas de modo a resolver o cálculo de paridade, Geziel reitera a necessidade do ministério da Cultura e da FAMURS manifestarem-se e, a partir da negativa de manifestação até o momento, Geziel sugeriu que, mesmo sem a resposta, que hoje haja a deliberação sobre as indicações, Lizziane Barbosa corroborou com a ideia anterior a fim de designar a comissão ainda hoje, Paulo complementou a proposta sugerindo que o Comitê informe ao MinC e à FAMURS sobre a deliberação do Comitê, Carmen Lúcia abriu a votação para a proposta e ela foi aprovada pelo pleno, Lucas solicitou que os nomes dos indicados sejam verbalizados e iniciou a enunciação com os nomes sugeridos pela SEDAC: Aquiles Barboza e Rochele Lino, Carmen informou os indicados da sociedade civil: Geziel Souza, Lizziane Barbosa, Neimar Rodrigues e Bruno Nascimento, Geziel completou com os indicados do governo federal e FAMURS, respectivamente, Lara Zannon e Joyce Reis, Lucas compartilhou o fluxograma com o processo da avaliação a ser executado pela comissão e sinalizou que, em havendo solicitações de mais indicações, o processo apresentará menor celeridade, Paulo salientou que em primeiro lugar deva haver pessoas com disponibilidade de tempo para executar o processo, Ruben observou que as indicações da SEDAC possuem excelente competência para executar o processo e que suas manifestações acerca das indicações eram apenas para esclarecer o processo, Geziel sugeriu que o comitê envie as indicações para a publicação do DOE a fim de evitar maior morosidade no processo e que, caso fosse necessário, que a SEDAC indicasse outras pessoas em seguida, Neimar manifestou-se contrariamente à sugestão de Geziel, pois isso levaria à maior morosidade em virtude



de toda a indicação ter de passar pela aprovação do comitê, Geziel sugeriu que se façam as indicações já fechadas e outras duas indicações de suplentes, Neimar ratificou a sugestão de Geziel a partir do cálculo para a paridade da comissão, Carmen sugeriu alternativas para a criação da lista de indicados, e reiterou que o ideal seria o comitê estabelecer as indicações ainda hoje, Geziel informa que já existe uma lista pronta, Neimar manifestou-se positivamente a fim de que se utilize a lista atual, Carmen colocou a última proposta sugerida em votação, Bruno manifestou-se favoravelmente, Lucas solicitou esclarecimentos sobre os indicados e que os nomes fossem mencionados novamente, Carmen abriu a votação e a sugestão foi plenamente aprovada, Lucas solicitou a verbalização dos integrantes indicados para a comissão e iniciou com os nomes do poder público estadual: **1-Aquiles Barboza; 2-Rochele Lino; 3-Ruben Oliveira;** Geziel complementou os nomes com integrantes representando a sociedade civil: **4-Lizziane Barbosa, 5-Geziel Souza, 6-Neimar Rodrigues, 7-Bruno Nascimento, 8-Paulo Tavares;** Paulo Tavares complementou as indicações do poder público: **9-Joyce Reis, 10-Iara Zannon,** com a pauta encerrada, Lucas solicitou informações sobre indicações de novos integrantes para o Comitê Gestor, pois a quota do poder público já estaria indicada, além disso, solicitou informações sobre o documento do regimento interno do Comitê Gestor Cultura, Paulo Tavares informa que há um cargo em vacância (de antigo integrante que solicitou afastamento, chamado Leandro Anton) e que a indicação de novo integrante para substituí-lo seria efetuado pela rede de pontos de cultura de Porto Alegre e que ainda estão aguardando a indicação, Ivan Therra informou que já há indicação, mas Paulo Tavares informa que o processo ainda não foi formalizado, Carmen informou que entrará em contato com Dirce para que as novas indicações sejam e também informa que Leandro Anton formalizou seu desligamento do comitê, Lucas solicita que seja enviado essa formalização para que possa ser registrada no processo administrativo, as deliberações foram encaminhadas e a reunião foi encerrada. Nova reunião foi marcada para a semana seguinte à oficialização do Diário Oficial com a comissão avaliadora.

Documento assinado digitalmente
 **CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA**
Data: 04/05/2023 20:14:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mãe Carmen - Carmen Oliveira
Coordenadora do Comitê Cultura Viva RS